

**AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA APÓS A INUNDAÇÃO:
experiências em perspectiva**

**CIVIL SOCIETY ACTIONS IN PRESERVING THE
CULTURAL HERITAGE OF SÃO LUIZ DO PARAITINGA AFTER THE FLOOD:
experiences in perspective**

Beatriz Monteiro Ferraz¹
b.ferraz@unifesp.br

Manoela Rossinetti Rufinoni²
rufinoni@unifesp.br

Resumo: O artigo tece considerações sobre a atuação da sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga (SP), a partir da sistematização e análise de iniciativas preservacionistas promovidas entre 2010, data da grande inundação que assolou a cidade, e 2023. Considerando a importância do engajamento da população local nas diversas etapas do processo de patrimonialização, bem como a premência de construirmos estratégias de preservação frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, neste artigo analisamos um conjunto de ações de preservação que partiram e/ou partem de projetos participativos ou da própria sociedade civil, com o objetivo de compreender suas origens, objetivos e formatos. Na sequência, buscamos verificar as narrativas que tais iniciativas ensejam e em que medida dialogam com as ações governamentais voltadas à preservação do patrimônio cultural local, empreendidas pelas instâncias municipal, estadual e federal.

Palavras-Chave: São Luiz do Paraitinga (SP); Centros históricos; Mudanças climáticas; Patrimônio e desastres naturais; Patrimônio e participação social.

Abstract: The article makes considerations about the role of civil society in safeguarding the cultural heritage of São Luiz do Paraitinga (SP), based on the systematization and analysis of preservation initiatives promoted between 2010, the date of the great flood that devastated the city, and 2023. Considering the importance of engaging the local population in the various stages of the heritage process, as well as the urgency of building preservation strategies in the face of the challenges posed by climate change, in this article we analyze a set of preservation actions that originate and/or originate from participatory projects or civil society itself, with the aim of understanding its origins, objectives and formats. Next, we seek to verify the narratives that such initiatives give rise to and to what extent they dialogue with government actions aimed at preserving local cultural heritage, undertaken by municipal, state and federal bodies.

¹ Bacharela em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

² Professora Associada do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-UNIFESP).

Keywords: São Luiz do Paraitinga (SP); Climate changes; Heritage and natural disasters; Heritage and social participation.

1. Introdução

São Luiz do Paraitinga, pequena cidade vale-paraibana situada na Serra do Mar, entre Taubaté e Ubatuba, no interior de São Paulo, possui hoje cerca de 10 mil habitantes. A origem de seu núcleo urbano remonta ao século XVIII, época em que a localidade era passagem de bandeirantes e tropeiros que descansavam nas proximidades do Rio Paraitinga, fato que teria impulsionado intensas trocas culturais, a partir do contato entre grupos itinerantes que seguiam trajetos até Minas Gerais para o transporte de ouro e busca por escravizados (Allucci e Schicchi, 2019, p. 5-7). Em meados do século XIX, diante do declínio da mineração e incremento do desenvolvimento agrícola da região – contexto em que a cultura cafeeira ganhou corpo em diversas cidades do Vale do Paraíba –, São Luiz do Paraitinga restringiu-se a uma posição coadjuvante, com produção agrícola pouco expressiva nesse setor. Desse modo, durante as últimas décadas do século XIX, seu crescimento econômico foi relativamente lento; condição que teria permitido a permanência de relevantes estruturas urbanas históricas ao longo do século XX. Contudo, na primeira década do século XXI, a cidade foi acometida por uma inundação que destruiu parte significativa de seu centro histórico. A partir de então, a situação de calamidade pública e a urgência de reconstruir as arquiteturas, espaços urbanos e sociabilidades perdidas abririam caminho para acalorados debates sobre as formas mais adequadas para empreender tais intervenções, situação que impulsionaria o envolvimento da sociedade civil nas ações de preservação e interpretação do patrimônio local a partir de diferentes estratégias³.

Tendo em vista esse cenário, a pesquisa que originou este artigo objetivou sistematizar e analisar um conjunto de iniciativas da sociedade civil voltadas à preservação do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga observadas no período compreendido entre a enchente de 2010 e meados de 2023. Após quatorze anos da grande inundação, hoje assistimos apreensivos ao aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos, o que tem tornado ainda mais urgente o debate sobre o aquecimento global e suas consequências em nível

³ Artigo elaborado a partir da pesquisa de Iniciação Científica de Beatriz Monteiro Ferraz, desenvolvida no Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo nº 2021/14757-2).

mundial, contexto que agrava sobremaneira os desafios a enfrentar no campo da tutela do patrimônio ambiental e cultural. Dessa forma, ao revisitar as experiências preservacionistas que contaram com a participação da sociedade civil, após a inundação e nos anos que se seguiram, acompanhando suas repercussões e desdobramentos na atualidade, reunimos subsídios para estudá-las em perspectiva, tomando-as como um estudo de caso potente e dinâmico para o desenho de futuras estratégias. Em um primeiro momento, buscamos compreender as origens, agentes envolvidos, formatos, objetivos e métodos das ações identificadas; e num segundo momento, ensaiamos algumas reflexões sobre as narrativas que tais iniciativas ensejam e em que medida dialogam com as ações do Estado, ou seja, dos órgãos de preservação atuantes no município nos níveis municipal, estadual e federal.

Com relação ao método, foram percorridas as seguintes etapas: a) análise de fontes secundárias: referências bibliográficas que evidenciam a relevância histórica de São Luiz do Paraitinga e da cultura tradicional local (estudos também mobilizados nos argumentos a favor do processo de tombamento do núcleo urbano nos níveis estadual e federal), paralelamente ao estudo de produções acadêmicas sobre a patrimonialização do centro histórico e sobre o processo de reconstrução da cidade após a inundação; b) estudo de fontes primárias, abarcando os processos de tombamento e consultas a jornais, redes sociais e conteúdos midiáticos de entidades locais, universidades e instituições envolvidas no processo de reconstrução, em busca de iniciativas da sociedade civil voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, já concluídas ou em andamento; e c) coleta de dados em visitas à cidade entre setembro de 2021 e agosto de 2022.

Diante das ações preservacionistas identificadas, em um levantamento que não se pretende exaustivo, buscamos refletir sobre as origens e desdobramentos dessas ações e a relação que estabelecem com movimentos vindos do poder público. Em certa medida, podemos dizer que o engajamento da população local nas ações de preservação do município foi impulsionado a partir da urgência da reconstrução? De que modo as ações participativas promovidas pelo poder público, envolvendo a comunidade nos processos de decisão, contribuíram para alavancar esse engajamento? Ou teria ocorrido um processo de mão dupla, isto é, o interesse da comunidade é que teria impulsionado a diretriz participativa dos órgãos de preservação? Diante dessas indagações, as reflexões ora expostas objetivaram compreender os caminhos da atuação da população local, representada por organizações da

sociedade civil, durante e após o processo de reconstrução da cidade, mapeando suas ações e analisando-as quanto à origem, à forma e aos discursos que ensejam.

2. O tombamento do conjunto urbano e os desafios frente à inundação

Na década de 1950, São Luiz do Paraitinga recebeu seu primeiro tombamento, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): a Casa Oswaldo Cruz, antiga residência do sanitarista luizense (IPHAN, 1956). Esse tombamento, contudo, incidiu apenas sobre uma edificação, sem menções à proteção do conjunto urbano. Na década de 1960, sobretudo a partir dos estudos de Luis Saia e Jaelson Trindade (Saia, 2009; Saia e Trindade, 1977, IPHAN, 2010b)⁴ seriam criadas as condições para a valorização do município como patrimônio urbano-arquitetônico, discurso que se consolidaria em 1982, com o tombamento em nível estadual de seu centro histórico, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1982a, 1982b, 1982c). Saia introduziu a interpretação sobre o município como um produto do pensamento europeu iluminista do século XVIII no cenário paulista, criando-se um ideário relativo à cidade que repercutiria nos argumentos a favor da preservação patrimonial pelos órgãos de tombamento (Allucci e Schicchi, 2019, p.11)⁵.

No processo de tombamento em nível estadual, destacam-se argumentos relacionados à importância histórica do conjunto urbano e à pertinência de alavancar atividades contemporâneas capazes de promover o desenvolvimento econômico do município, por meio de “uma utilização efetiva dos recursos naturais e culturais existentes”, que envolveria a dinamização do turismo e a sensibilização do poder público municipal para implementar ações locais, criando “condições reais e necessárias ao fortalecimento dos vínculos da população à cidade” (CONDEPHAAT, 1982a, p.8-9)⁶.

⁴ Com destaque para o estudo de Luis Saia intitulado “Evolução Urbana de São Luís de Paraitinga”, originalmente publicado nos *Anais do 7º Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, em 1974, e três anos depois reunido em Saia e Trindade, 1977. O texto de Saia foi republicado, com apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, na *Revista Risco*, n.10, 2009 (SAIA, 2009).

⁵ Entre os diversos estudos históricos sobre a história e o patrimônio de São Luiz do Paraitinga, buscamos referências em: SAIA e TRINDADE, 1977; IPHAN, 2010b; CAMPOS, 2011; SANTOS, 2014; SANTOS, 2015; MORADEI, 2016; SANTOS, 2016; NOBRE, 2017, BORSOI, 2020 e 2021; ALLUCCI, 2020; ALLUCCI e SCHICCHI, 2019 e 2020, entre outros estudos citados ao longo deste artigo.

⁶ São Luiz do Paraitinga tornou-se Estância Turística por meio da Lei estadual nº 11.197, de 5 de julho de 2002, revogada e atualizada pela Lei estadual nº 17.469, de 13 de dezembro de 2021.

O processo de tombamento da cidade em nível estadual foi composto por uma série de levantamentos históricos, descrição e delimitação da área urbana central, além de estudos voltados às perspectivas de desenvolvimento local. Reunindo análises sobre as características gerais do município, reconhecimento do território e situação econômica, os estudos que antecederam o tombamento buscaram contemplar diretrizes contidas no Plano Integrado de Preservação e Desenvolvimento do Programa de Cidades Históricas (PCH) (Zagato, 2012, p.126). É importante ressaltar que, já naquele momento, o órgão preocupou-se em recomendar a criação de um conselho comunitário, sob o argumento de que a “preservação do acervo cultural de uma cidade é tarefa conjunta a exigir a participação da comunidade e do poder público” (CONDEPHAAT, 1982a, p.164; Zagato, 2012, p.130). O tombamento estadual foi finalmente concluído em 1982.

Já o processo de tombamento do núcleo urbano em nível federal foi marcado pelo cenário de destruição causada pela enchente de 2010. No primeiro dia de janeiro, a população luizense deparou-se com suas ruas inundadas pelo acúmulo das chuvas de dezembro de 2009, indicando seu maior índice pluviométrico em 43 anos (Santos e Silva, 2016, p.46) e deixando mais de 3 mil moradores desabrigados que tiveram suas residências afetadas pelas águas (Marimon, s.d.).

De acordo com Moradei, São Luiz do Paraitinga já possuía um histórico de inundações que repercutiam no conjunto urbano local, devido à sua várzea comprimida pela ocupação da população e pelo formato longitudinal e achatado do Rio Paraitinga, circunstâncias que favorecem as inundações. A autora cita a enchente ocorrida em janeiro de 1863, a mais antiga que se tem registro e que teria causado a destruição de “duas pontes, da primeira cadeia pública, de três sobrados (...), de quatro casas térreas, entre muitas outras arruinadas” (Moradei, 2016, p. 105-106). A enchente de 2010, contudo, teve proporções nunca registradas. Submerso por cerca de 12 metros com relação ao nível normal do Rio Paraitinga, o centro urbano teve 140 imóveis afetados durante, aproximadamente, uma semana (Ibidem, p.115-123), fato determinante para a danificação da estrutura dos edifícios históricos que, em sua maioria, eram construídos de taipa de pilão e pau-a-pique. Entre eles, as emblemáticas Capela das Mercês e a Igreja Matriz, símbolos da religiosidade luizense, o antigo Grupo Escolar,

além do arruinamento de diversas residências e edifícios históricos que compunham o conjunto urbano⁷.

Para a reconstrução dos imóveis arruinados, mobilizaram-se entidades como universidades, prefeituras de cidades vizinhas, os órgãos de preservação estadual e federal e a população local. Diante do ocorrido, o IPHAN deu prosseguimento aos estudos de tombamento do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, a partir do dossiê concluído em 2009, atualizado após as destruições causadas pela inundação (Epitácio, 2018, p.161), de modo a constituir um tombamento emergencial que subsidiasse uma atuação incisiva no processo de restauração do município (Allucci, 2020).

O tombamento em nível federal foi efetivado apenas em 2012, porém, o centro histórico de São Luiz do Paraitinga já despertava o interesse do órgão desde a década de 1960, quando Luis Saia desenvolveu estudos que lançaram luzes sobre sua representatividade entre os aglomerados urbanos fundados no século XVIII (Saia, 2009; IPHAN, 2010a, p.63; IPHAN, 2010b, p.14). Segundo informações disponibilizadas pelo Portal do IPHAN, o tombamento federal incluiu os “casarões, capelas, praças, coretos e fontes, ladeiras, ruas e largos – marcos de preservação urbana que trazem relevantes referências espaciais da cidade e caracterizam as fases de sua expansão urbana”⁸.

Nos meses que se seguiram à inundação, ambos os órgãos de preservação, CONDEPHAAT e IPHAN, conduziram intervenções de restauro no conjunto urbano, bem como ações para promover a participação da comunidade local no processo de reconstrução⁹. Nesse contexto, Epitácio destaca o estabelecimento da Resolução SC-3 de 23 de fevereiro de 2010, pelo CONDEPHAAT, que definiu critérios para os projetos de reconstrução e reforma das edificações afetadas, além de realização de audiências públicas na cidade para dialogar com a comunidade local sobre as reconstruções em curso (Epitácio, 2018, p.161; CONDEPHAAT, 2010a e 2010b).

⁷ O CONDEPHAAT identificou 88 imóveis atingidos: 70 parcialmente arruinados e 18 totalmente destruídos. A cidade possuía 425 imóveis tombados. Cf.: A reconstrução de São Luiz do Paraitinga, balanço 1º semestre de 2010. *Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)*, 20/07/2010.

⁸ Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/294> (Acesso em 09/12/2023).

⁹ A reconstrução de São Luiz do Paraitinga. *Portal da ALESP*, op. cit. Entre as principais edificações reconstruídas, destacamos a Capela das Mercês, obra realizada pelo IPHAN; e a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, com verba do Estado de São Paulo (EPITÁCIO, 2018, p.162). Sobre as questões envolvidas nas obras de reconstrução, consultar, entre outros: MOURA, 2011; ALLUCCI, 2013 e 2014; e MORADEI, 2016.

Com a necessidade de ações emergenciais para a reconstrução de São Luiz do Paraitinga, estabeleceu-se um diálogo entre os órgãos de preservação, sobretudo, em nível técnico, para uma atuação conjunta e eficaz no município¹⁰. Frente ao arruinamento do centro histórico, adotou-se uma política pública de reconstrução para atenuar o impacto da tragédia na municipalidade, de modo que, além das medidas técnicas a serem tomadas, fosse possível manter contato com a população, realizando audiências públicas e valorizando a relação da comunidade com o território, a cultura e a memória local.

3. Ações da sociedade civil no cenário da reconstrução

No contexto das diversas ações emergenciais executadas após a inundação, assim como no planejamento da recuperação da cidade nos meses seguintes, observou-se uma conjunção de movimentos do poder público e mobilizações da sociedade civil, por vezes de forma concatenada. Nesse processo, evidenciou-se um encadeamento de ações voltadas, num primeiro momento, à recuperação da cidade; e num segundo momento, à preservação e difusão do patrimônio local¹¹.

No que concerne às ações governamentais – além da atuação dos órgãos de preservação, brevemente citada no item anterior –, ressaltamos a lei municipal nº 1.466, sancionada pela prefeitura em 2011, um ano após a inundação¹². A lei dispõe sobre a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga, responsável pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial do município. O Conselho seria encarregado de realizar tombamentos no âmbito do município, administrar as leis de preservação e projetos culturais, fomentar a difusão cultural por meio de atividades educacionais, além de assistir organizações não governamentais na aquisição de recursos por meio das leis de incentivo à

¹⁰ De acordo com Santos e Silva (2016, p. 48-49), até então não se teria registros da atuação conjunta dos órgãos CONDEPHAAT e IPHAN na cidade.

¹¹ O site da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga apresenta uma relação de entidades e voluntários que contribuíram com o processo de reconstrução da cidade. Neste artigo, nos limites de nossos objetivos e de acordo com a disponibilidade de fontes, comentaremos algumas dessas ações e outras não listadas no site, identificadas ao longo desta investigação. A relação da prefeitura está disponível em: <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/cidade/ceresta/parceiros-da-reconstrucao-12433> (Acesso em 20/01/2024). Sobre as políticas públicas de gestão patrimonial local, ver: Santos, 2014; Moradei, 2016; Nobre, 2017.

¹² São Luiz do Paraitinga. *Lei no 1.466, de 31 de agosto de 2011*. Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga e dá outras providências. Durante o período de execução desta pesquisa, não foi possível levantar dados sobre a atuação atual do conselho.

cultura. O Conselho foi formado por representantes da sociedade civil e entidades religiosas, buscando integrar a comunidade às ações de preservação promovidas pela municipalidade. Cumpre salientar a menção ao patrimônio imaterial na citada lei, já que a participação da sociedade civil na proteção e difusão do patrimônio local parte de laços de pertencimento que atribuem valores intangíveis ao edificado. Desse modo, a promulgação da lei de criação do conselho municipal, impulsionada pelo cenário da reconstrução, evidencia a valorização de ambas as categorias de patrimônio de forma integrada:

1° – O *patrimônio material* é composto pelo conjunto de bens culturais registrados em Livro de Tombo, classificados em imóveis: sítios arquitetônicos, arqueológicos e paisagísticos; e móveis: acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos e fotográficos.

2° – O *patrimônio imaterial* são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados e que a comunidade reconhece como parte integrante de seu patrimônio cultural (São Luiz do Paraitinga, 2011).

Além da criação de um conselho municipal voltado à defesa do patrimônio cultural, foi instituído o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, composto por representantes da Câmara Municipal, por profissionais que haviam elaborado o Plano Diretor do município e educadores da Universidade de Taubaté (UNITAU), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP)¹³. O conselho teve o objetivo de estruturar ações “emergenciais e elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento do município, como forma de contribuir para a solução de problemas sociais causados pela enchente”¹⁴. Ainda no campo da gestão participativa, destacamos a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Cultural, que possuía o intuito de analisar as restaurações a serem feitas nos edifícios tombados afetados¹⁵.

Outro grupo de iniciativas reúne ações integradas entre órgãos da administração pública e a sociedade civil, representada por meio de universidades. Com apoio da UNESP, em maio de 2010 foi criado o Centro de Reconstrução Sustentável (CERESTA), iniciativa que centralizou os grupos de trabalho envolvidos na reconstrução da cidade, oferecendo um canal

¹³ *Jornal da Reconstrução*, ano 1, n.1, São Luiz do Paraitinga, 1ª. quinzena, março 2010.

¹⁴ Sobre outros conselhos criados nesse contexto, consultar: MORADEI, 2016, p.146.

¹⁵ *Jornal da Reconstrução*, op. cit.

oficial de informação e comunicação com os moradores (Moradei, 2016, p.143-145; Santos, 2015, p.175). Conforme depreende-se das notícias veiculadas no *Jornal da Reconstrução*, a partir da criação do CERESTA foi possível coordenar de forma mais eficaz as diversas ações em curso, promovidas por vários órgãos, tais como: Defesa Civil do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, UNESP, UNITAU, USP, CONDEPHAAT, IPHAN, entre outros, além da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) que, na época, foi responsável pela construção de mais de 150 casas populares¹⁶. Foi nesse contexto que foi criado o citado *Jornal da Reconstrução*, a partir de uma parceria entre diversas entidades – UNESP, UNITAU, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga – e voluntários da cidade (Santos, 2015, p.176)¹⁷. As dezoito edições do jornal divulgaram aos moradores atualizações acerca do andamento das obras e demais questões envolvidas no processo de reconstrução, além de articular os diferentes agentes implicados na recuperação da cidade, promovendo a mobilização social e aproximando os gestores da comunidade. Segundo Allucci, o jornal tinha como

ponto de partida a constatação da necessidade de um veículo impresso capaz de falar para e com a comunidade, além de ouvi-la, [discutindo] assuntos como novas casas populares, conselhos para a reconstrução, notícias sobre as situações física e econômica da cidade, o andamento das obras, relatos de audiências públicas, entre outros, mas também sobre o calendário festivo, chamando os moradores para participar das festas e comemorações que, timidamente, voltavam a ocupar as ruas da cidade (Allucci, 2014, p.32).

A UNESP contribuiu, ainda, por meio do “Programa Unesp para o Desenvolvimento de São Luiz do Paraitinga”, que promoveu a interlocução entre professores, alunos e a comunidade em diversas ações extensionistas voltadas ao restabelecimento econômico, social, cultural e estrutural da cidade; iniciativas que, mesmo após 10 anos da inundação, ainda reverberavam no município. Um exemplo dessas ações foi a inauguração da Rua da Música,

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Os editoriais dos números 1 a 6 informam que “o *Jornal da Reconstrução* é um projeto de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté e órgão informativo da Câmara de Desenvolvimento Socioeconômico de São Luiz do Paraitinga”. A partir do sétimo número (1ª quinzena, junho 2010), o editorial passou a informar que o jornal é “órgão informativo do Centro de Reconstrução Sustentável de São Luiz do Paraitinga, sob a coordenação da Prefeitura Municipal”. Todas as edições podem ser consultadas em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_0_15052019182514.zip (Acesso em 20/01/2024).

em agosto de 2021, que teve como objetivo requalificar uma faixa de terreno lindeiro ao Rio Paraitinga, áreas antes ocupadas pelos fundos dos lotes de antigas residências, ao longo de aproximadamente 300 metros. A obra foi financiada pelo Programa PAC Cidades Históricas e visou atender às solicitações da comunidade para a fundação de uma escola de música que “coroasse a vocação cultural e musical da cidade” (Jorge, 2021)¹⁸.

No campo das instituições culturais, destacamos a criação do Museu de História e Arte Regional – São Luiz do Paraitinga (MHAR), em 2011; e as ações promovidas pela Museu de São Luiz do Paraitinga, Casa Oswaldo Cruz. O MHAR foi viabilizado pela UNESP, em parceria com a prefeitura da cidade, com o objetivo de

preservar a memória histórica e cultural da cidade, armazenando e disponibilizando digitalmente documentos, fotografias, vídeos, produtos artísticos e informações que podem servir à população, turistas, estudantes, pesquisadores e curiosos em conhecer a história e cultura de São Luiz do Paraitinga¹⁹.

O acervo digital do MHAR reúne ampla documentação textual e iconográfica, além de gravações de reuniões e audiências públicas sobre as obras no Rio Paraitinga, que contaram com a participação da prefeitura, Ministério Público, população local e órgãos de preservação do patrimônio histórico, com o objetivo de deliberar sobre modos de prevenção contra futuras enchentes (Tieko, 2011).

A Casa Oswaldo Cruz, por sua vez, empreendeu um processo de constituição de acervo com relevante envolvimento da comunidade local, por meio de registros de história oral. De acordo com Abdala e Nardi, a constituição do acervo buscou contemplar a museologia relacional, empregando a técnica de História Oral de Alberti para reunir registros com base nos valores do corpo social luizense (Abdala e Nardi, 2020, p.70-73). Desse modo, além da coleta e digitalização de documentos e fotografias, o acervo do museu também foi composto por relatos de munícipes, contexto em que narrativas sobre as experiências traumáticas

¹⁸ Segundo o autor, a presença da UNESP na cidade é anterior a 2010. Anos antes, a universidade participou de um programa local voltado à capacitação de gestores públicos, em parceria com o governo do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, a UNESP foi convidada a colaborar na elaboração do Plano Diretor Participativo local, o que abriu caminho para o fortalecimento de parcerias no cenário pós inundações. O autor destaca, ainda, a coordenação de José Xaides, professor aposentado da UNESP, na elaboração de projetos que auxiliaram a recuperar o município, como a criação da citada rua da música (JORGE, 2021).

¹⁹ Site do Museu de História e Arte Regional São Luiz do Paraitinga (MHAR): <https://acervodigital.unesp.br/mhar-slp> (Acesso em 20/01/2024).

relacionadas à inundação também foram registradas. Em meados de 2022, foi possível verificar a repercussão da inundação de 2010 na exposição e instalação cenográfica e sonora, denominada “A grande enchente de 2010”, na qual se propunha aos visitantes escutarem depoimentos de moradores sobre o e sua perspectiva como vítimas da calamidade²⁰.

Tanto em jornais locais como em artigos científicos encontramos diversos relatos sobre a presença de moradores na recuperação da cidade, desde a limpeza dos escombros até a mão de obra utilizada nas intervenções arquitet nicas²¹, situação observada nas obras da Igreja Matriz, cuja empresa responsável desenvolveu atividades de educação patrimonial com os operários envolvidos, muitos deles moradores da cidade (Nobre, 2017, p. 218); bem como na reconstrução da Capela das Mercês (Allucci, 2014, p.33), quando, inclusive, se recorreu   oralidade para levantar dados sobre a trajetória da edificação (Iskandarian, 2011)²². O envolvimento da comunidade nas obras, portanto, foi além da especificidade do trabalho profissional realizado. Os laços afetivos com a materialidade em reconstrução alimentaram o cuidado e o olhar atento a cada detalhe tanto no resgate de peças como nas decisões de projeto e canteiro.

Somado à proatividade e aos anseios da população, o processo de recuperação de São Luiz do Paraitinga também contou com a participação de entidades criadas ou revisitadas após a enchente, com a finalidade de atuar tanto física quanto emocionalmente na cidade. É o caso da Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga (AMI São Luiz)²³, organização sem fins lucrativos criada por moradores da cidade logo após a inundação (Allucci, 2014, p.32), cujas ações permanecem ativas, promovendo o patrimônio e o turismo local. A associação também teve papel importante na arrecadação de doativos e na recuperação de imóveis, durante a primeira fase de recuperação da cidade (Nobre, 2017, p.193-195).

O Instituto Elpídio dos Santos, entidade sem fins lucrativos, fundada em 2001 com o objetivo de apoiar atividades artísticas e culturais da comunidade, também esteve envolvido no processo de reconstrução (Moradei, 2016, p.140). O Instituto j  desenvolvia projetos

²⁰ Informações coletadas em visita ao museu no dia 18/08/2022.

²¹ *Jornal da Reconstrução*, 2  edic o de março de 2010. O tema também é tratado por: Allucci, 2014; Nobre, 2017, entre outros autores.

²² O emprego da história oral foi recorrente em várias ações patrimoniais ocorridas após a enchente, a partir de diferentes abordagens. Cf.: Santos, 2012; Sartori, 2014; Abdala e Nardi, 2020.

²³ Disponível em: <https://www.amisaoluiz.org.br/> (Acesso em 23/01/2024).

relacionados à música e à preservação do patrimônio imaterial, com programas voltados aos jovens²⁴. Contudo, diante da mobilização para a recuperação da cidade, a entidade abriu seu campo de atuação para a reconstrução de sua herança arquitetônica, contando com intervenções emergenciais de restauro realizadas pelo IPHAN em sua sede, antiga casa da família do compositor (Moradei, 2016, p.169-170)²⁵.

Com relação à educação patrimonial, foi identificada a iniciativa promovida em 2015 pela Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba em conjunto com a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e o IPHAN, que consistiu na realização de oficina com professores do Ensino Fundamental II, da rede municipal. Coordenada por professores do Departamento de Geografia da USP em conjunto com representantes do IPHAN, a oficina teve o objetivo de subsidiar a elaboração de materiais didáticos específicos sobre a cidade, em diálogo com reflexões sobre educação patrimonial²⁶.

A partir desse levantamento não exaustivo, é possível inferir que, diante da destruição provocada pela inundação de 2010, acentuou-se a necessidade de uma ação conjunta entre entidades municipais, estaduais, federais e a sociedade civil para conduzir ações eficazes de recuperação e conservação. Certamente, as análises das formas de engajamento da comunidade e das subjetividades envolvidas em cada situação identificada dependem de estudos mais específicos, contudo, o potencial do território e das materialidades edificadas como vetores para a construção de narrativas e laços de pertencimento parece evidenciar-se no conjunto de ações estudadas. Além do fato de grande parte das edificações destruídas ter como função a habitação, algo que reforça a relação de pertencimento da comunidade, é possível que o envolvimento de luizenses na salvaguarda e no restauro da cidade tenha sido motivado pela singular cultura da região, marcada por uma participação comunitária que estaria relacionada à consolidação geográfica do povoamento. Segundo Campos, desde as origens da ocupação daquele território já se observava um formato de sociabilidade resultante de agrupamentos familiares em localidades relativamente isoladas (Campos, 2011, p.26). Nesse contexto, as tradições culturais e festividades comunitárias – como a festa do Divino, as manifestações musicais e a culinária local –, também despontam como indícios dos laços que a

²⁴ *Jornal da Reconstrução*, 15ª. edição, janeiro de 2011.

²⁵ As atividades do Instituto podem ser consultadas em: <https://www.elpidiodossantos.org.br/> (Acesso em 23/01/2024).

²⁶ *Boletim da REPEP*, nº 13, abril de 2015. Durante a realização desta pesquisa não foi possível verificar se materiais didáticos resultantes da oficina chegaram a ser efetivamente aplicados.

população estabeleceu com o espaço ao longo do tempo, fatores que podem ter favorecido o engajamento no processo de reabilitação do conjunto urbano.

4. Ações da sociedade civil entre 2022 e 2023: patrimonialização em curso

Após verificarmos os formatos e desdobramentos das iniciativas preservacionistas iniciadas no contexto da reconstrução, empreendidas tanto por entidades da sociedade civil como pelos órgãos de preservação; em visitas técnicas à cidade ocorridas entre 2022 e 2023 pudemos identificar alguns projetos de difusão cultural em andamento, promovidos por instituições culturais e educacionais ou por organizações não governamentais.

Em linhas gerais, a interpretação das ações identificadas que contaram ou ainda contam com a participação da sociedade civil buscou lançar luzes sobre as seguintes questões: as cicatrizes da enchente repercutem nas narrativas contemporâneas sobre a cidade? Como terá sido a incorporação desse evento traumático no cotidiano e na memória local e de que modo tem sido transmitido àqueles que hoje vivem ou visitam a cidade?

Em visita à São Luiz do Paraitinga em agosto de 2022, ao percorrer instituições museológicas e culturais e analisar as narrativas históricas que veiculam, pudemos notar que a inundação de 2010 e seus desdobramentos foram incorporados à leitura do patrimônio histórico e cultural local, com significativa ênfase para o registro da atuação da sociedade civil durante o processo de reconstrução. Ao consultar os principais pontos turísticos da cidade, como a Igreja Matriz – cuja destruição representou um grande trauma para a comunidade –, encontramos painéis informativos que contam a história do edifício e como foi afetado pelas águas de 2010, bem como informações acerca da participação ativa dos moradores em sua reconstrução.

Além dos citados painéis, em alguns espaços históricos pudemos observar a presença de monitores que mediam a visita, em determinados horários. Trata-se de alunos do ensino médio que recebem bolsas para atuarem como monitores culturais junto aos turistas, proporcionando uma aproximação a informações históricas e culturais sobre a cidade. O projeto é parte de uma parceria celebrada entre a prefeitura e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) voltada à contratação de estagiários para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (São Luiz do Paraitinga, 2021).

Outra estratégia de difusão patrimonial que pudemos identificar durante a pesquisa foi a criação de *QR Codes* afixados em determinados edifícios ou logradouros, ideia explorada por dois caminhos diferentes, com origens e objetivos distintos: a proposta da associação privada “Sou Luizense” e o projeto “Descubra nosso Patrimônio” desenvolvido por estudantes locais. Ao serem escaneados, os *QR Codes* da associação apresentavam informações sobre o comércio no centro histórico, enquanto o segundo projeto apresentava dados sobre o local onde os códigos estavam afixados, de modo que o visitante poderia fazer seu percurso autoguiado. Os *QR Codes* estiveram ativos durante o desenvolvimento desta pesquisa, entre 2022 e 2023.²⁷

A “Sou Luizense”, criada em 2021 e ainda atuante, se apresenta como uma plataforma digital que busca dar suporte e assistência aos moradores e visitantes da cidade. Essa organização desenvolveu um projeto para a implantação de *QR Codes* destinados a facilitar o acesso a serviços diversos – como hospedagens, restaurantes e trajetos turísticos –, além de histórias sobre o município e informações sobre a cultura local²⁸.

²⁷ No início de 2024, contudo, não pudemos mais acessá-los. Não foi possível constatar se houve um problema temporário de escaneamento ou se os *QR Codes* foram desativados.

²⁸ Informações coletadas em visita à cidade e nas plataformas digitais da iniciativa. Disponível em <https://souluizense.com/> (Acesso em 20/01/2024).



Figura 1: QRCode “Descubra nosso Patrimônio”, afixado em edificação no centro histórico. Na parte inferior do cartaz, há menção aos apoiadores do projeto: logotipo da Secretaria de Turismo e Cultura e brasão da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.
Fonte: foto de B. M. Ferraz, 2023.

Já a segunda iniciativa citada é fruto de um projeto desenvolvido em âmbito escolar com a participação de alunos e moradores, e apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria de Turismo e Cultura de São Luiz do Paraitinga, conforme podemos observar na Figura 1. Os textos disponibilizados por meio dos QR Codes informavam sobre edifícios históricos, logradouros e ruas da cidade e sua toponímia, muitas vezes aludindo a personagens marcantes na história do município, como o próprio Monsenhor Ignácio Gióia e a Praça Dr. Oswaldo Cruz, o que reitera, de certo modo, uma narrativa histórica permeada pelas biografias de personagens ilustres. Paralelamente, contudo, há menções às memórias do desastre, registrando narrativas em que é possível notar a angústia da comunidade frente à devastação da cidade. Podemos inferir, portanto, o potencial que essas iniciativas possuem de difundir e

alicerçar leituras continuamente renovadas sobre espaços urbanos históricos, fornecendo ao turista e aos habitantes diferentes camadas de interpretação do conjunto edificado, por meio de narrativas que incorporam o tempo presente e as memórias traumáticas. Desse modo, é possível acessar relatos sobre a cidade construídos com a colaboração da comunidade tanto por meio do diálogo com jovens mediadores, atuantes como monitores em edifícios selecionados; como por meio de um suporte tecnológico que permite um percurso mais autônomo, ao escanear os códigos afixados nos edifícios.

As iniciativas comentadas acima, contudo, evidenciam a continuidade de um processo de valorização patrimonial em âmbito escolar que vem tomando corpo há vários anos. O projeto desenvolvido na E. E Monsenhor Ignácio Gióia voltado à coleta de relatos de ex-alunos, funcionários e professores para registrar a memória da escola é um importante exemplo nesse sentido. Os dados foram reunidos no livro *História Gióia*, publicado em 2012, com o apoio do Departamento de História da UNITAU (Santos, 2012). As perdas materiais causadas pela grande enchente – desde as próprias moradias até objetos que carregavam valores afetivos e que alicerçavam laços pessoais e familiares com a coletividade enraizada no território, como fotos, registros de famílias e documentos antigos –, fez surgir a necessidade de se realizar esse registro de memórias, evidenciando o impacto da destruição da materialidade na percepção e fruição dos valores intangíveis associados ao edificado²⁹.

Em pesquisa defendida em 2014, Coninck já observava o interesse em abordar a cultura e as tradições locais nas escolas de ensino fundamental da cidade, a partir da iniciativa de alguns professores e desenvolvimento de atividades como “visitação aos locais das festas” e “atividades em sala de aula, teóricas e práticas, (...) trabalhando a história de São Luiz do Paraitinga” (Coninck, 2014, p.156-157). Contudo, naquela ocasião, a autora apontou que essas iniciativas poderiam ser potencializadas se estivessem mais conectadas entre si, por meio de ações construídas coletivamente, com um envolvimento maior da comunidade na escola (Ibidem, p. 161). Além de incentivarem os alunos a desenvolver um interesse pela história e

²⁹ O desenvolvimento de projetos com estudantes locais tem ocorrido em várias frentes, abordando diferentes temáticas, a exemplo da pesquisa-ação participativa voltada à incubação de planos para redução de riscos de desastres. Cf.: Método de pesquisa-ação participativa permitiu estudantes incubarem planos para redução do risco de desastres, 13/01/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/metodo-de-pesquisa-acao-participativa-permitiu-estudantes-incubarem-planos-para-reducao-do-risco-de-desastres> (Acesso em 23/01/2024).

cultura locais (o que poderia repercutir na preservação de seu patrimônio), essas ações frisariam a necessidade de uma atuação mais efetiva dos órgãos municipais de educação junto aos seus professores³⁰. As ações recentes que abordamos nesta pesquisa, portanto, tais como a formação de monitores, os trabalhos de história oral e a criação de *QR Codes*, contando com a participação da comunidade e parcerias junto à municipalidade, evidenciam um caminho positivo no fortalecimento de ações coletivas de maior envergadura em âmbito escolar.

Entre as iniciativas propostas nos últimos anos, citamos o Projeto de Extensão Universitária intitulado: “A cultura que vale: conhecendo e preservando a história, a memória e o patrimônio do vale do Paraíba”, da UNITAU. O projeto visa a consolidação de um Memorial da Paróquia de São Luís de Tolosa e foi coordenado, além da universidade, por uma comissão organizadora composta pela comunidade e pela equipe do projeto (Abdala et al, 2021)³¹. A proposta teve início em 2019, por meio da realização de uma Exposição Temporária no Memorial da Paróquia de São Luís de Tolosa, com o objetivo de

atender a uma demanda oriunda de uma iniciativa da própria comunidade, a partir do trabalho efetivamente coletivo e participativo englobando a parceria entre a comunidade luizense e a equipe do projeto, composta por uma docente e dois discentes do Curso de História da Universidade de Taubaté. Desse modo, o projeto visa também à formação dos discentes envolvidos na atividade extensionista de um modo integral, ampliando suas perspectivas profissionais e pessoais. (Abdala et al, 2021).

Finalmente, identificamos um projeto iniciado no final de 2023 voltado ao desenvolvimento do Inventário Participativo de São Luiz do Paraitinga, fruto de uma colaboração entre a Superintendência do IPHAN em São Paulo e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (campus São Paulo), evidenciando a continuidade das iniciativas que alicerçam o diálogo entre poder público, institutos de pesquisa e comunidade no campo da salvaguarda patrimonial.³²

³⁰ A autora apontou em sua pesquisa a pertinência de implementar com maior ênfase a lei municipal nº 1.137/2004, que incluiu a disciplina “acerca do estudo de História e Cultura Popular do Município de São Luiz do Paraitinga no currículo escolar dos alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série)” (São Luiz do Paraitinga, 2004; Coninck, 2014, p.161-162).

³¹ Para vídeos e documentários relacionados ao projeto, consultar: <https://www.youtube.com/channel/UC7h38t8-TqIDMSFOUlfk2FA> e *Roda de Conversa: São Luiz do Paraitinga: a memória que constrói a História*. TVUNITAU. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RvbrbEb_I2c (Acesso em 04/05/2023).

³² Divulgado em: <https://spo.ifsp.edu.br/component/content/article?id=3671> (Acesso em 08/03/2024).

A partir desse elenco não exaustivo de ações da sociedade civil para a preservação do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga, no cenário da reconstrução e ao longo da década que se seguiu, pudemos lançar luzes sobre diferentes formas de mobilização da comunidade, de maneira proativa ou no âmbito de projetos participativos promovidos por diferentes órgãos do poder público. O envolvimento da sociedade civil com a salvaguarda e difusão do patrimônio cultural local possui raízes profundas que antecedem a grande enchente de 2010, entretanto, o trauma certamente gerou a urgência para que processos participativos ganhassem corpo, fortalecendo uma experiência coletiva de mobilização que repercute na atualidade. Observamos, portanto, um processo de patrimonialização contínuo e dinâmico, que contempla as várias frentes da reconstrução e sucessivas ações preservacionistas como uma nova camada na narrativa histórica sobre a cidade.

Entre as ações mais recentes, destacamos a preocupação de incentivar estudos sobre o patrimônio cultural local em ambiente escolar – construindo estratégias para discuti-lo entre alunos, professores, moradores e visitantes da cidade³³. Este é um nítido apontamento de mobilização da sociedade civil para a salvaguarda de seu patrimônio em uma perspectiva de médio e longo prazos, apostando na formação e conscientização do público jovem e na contínua construção da memória local como um importante elo entre gerações.

Ao movimentar o poder público diante da emergência da reconstrução em diferentes frentes, o trauma certamente gerou um engajamento assertivo que levou a coletividade e os agentes públicos a colocar em prática diferentes medidas participativas, experimentando-as, enfrentando conflitos e desenhando estratégias para o restabelecimento da vida cotidiana. Estudar este conjunto de experiências em perspectiva histórica, portanto, nos oferece um relevante aprendizado frente ao impacto das mudanças climáticas e à necessidade urgente de planejarmos a salvaguarda em uma dimensão necessariamente coletiva, por meio de políticas públicas ágeis e eficazes alicerçadas ao engajamento das populações envolvidas.

³³ O desenvolvimento de projetos em âmbito escolar, de caráter científico ou extensionista, foi frisado na roda de conversa *online*, citada anteriormente em nota. Na ocasião, pesquisadores dedicados ao estudo do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga mencionaram ações em desenvolvimento que deverão ser divulgadas em artigos científicos futuramente.

Referências

ABDALA, R. D. *et al.* A extensão universitária e a emoção identitária em níveis de (re)conhecimento: experiências em São Luiz do Paraitinga. In: GOUVÊA, L. G. *et al.* (Orgs.). **A UNITAU na comunidade: relatos de práticas de extensão.** Taubaté-SP: EdUnitau, 2021, v. 1, p. 67-82.

ABDALA, R. D.; NARDI, L. Professora/Pesquisadora/Sujeito: experiência de uma professora de História ao musealizar o luizense. In: NEVES, L. R. (Org.). **Os Dois Lados da Margem: textos de São Luiz do Paraitinga.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 65-78.

A reconstrução de São Luiz do Paraitinga, balanço 1º semestre de 2010. **Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)**, 20/07/2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=308652> (Acesso em 09/12/2021).

ALLUCCI, R. R. **São Luiz do Paraitinga: A construção de imaginários e os desígnios pós-tombamentos.** Tese de Doutorado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

ALLUCCI, R. R. A reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga. **Revista Urbana (CIEC/UNICAMP)**. Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas, v.6, n. 9, 2014. <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i2.8642615>

ALLUCCI, R. R. **Apontamentos sobre memória e patrimônio a partir da reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga.** Curso de Especialização em Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. **São Luiz do Paraitinga e seu tombamento: de conjunto à paisagem.** *Identidades: Território, Cultura e Patrimônio*, v. 9, 2020.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 27, 2019. <https://doi.org/10.5821/identidades.10263>

Boletim da REPEP, Rede Paulista de Educação Patrimonial, nº 13, abril de 2015. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2013%20-%20Abril%202015.pdf> (Acesso em 23/01/2024).

BORSOI, D. F. São Luiz do Paraitinga: em que medida iluminista? **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.29, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e28>

BORSOI, D. F. **Cidades em processo: arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX).** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2020.

CAMPOS, J. T. de. **A Imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura.** Taubaté: UNITAU, 2011.

CONINCK, L. C. M. **São Luiz do Paraitinga: história, cultura e educação.** Dissertação de Mestrado em Educação Arte e História da Cultura. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

EPITÁCIO, T. C. A enchente de São Luiz do Paraitinga. In: MARTINS, A. L. (Org.). **Condephaat 50 anos: registros de uma trajetória.** São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2018.

FERRAZ, B. M. **São Luiz do Paraitinga, SP: ações da sociedade civil na preservação do patrimônio cultural local.** Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apoiada pela FAPESP. São Paulo: EFLCH-UNIFESP, FAPESP, 2023.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 1590-T-10.** Conjunto histórico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga, 2010a.

IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga.** Superintendência IPHAN São Paulo, 2010b.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. [0452-T](#).** Casa natal de Oswaldo Cruz, 1956.

ISKANDARIAN, C. Destruída por enchente, capela mais antiga de Paraitinga é restaurada. **Portal G1 São Paulo**, 10/09/2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/destruida-por-enchente-capela-mais-antiga-de-paraitinga-e-restaurada.html> (Acesso em 23/01/2024).

JORGE, M. A. São Luiz do Paraitinga inaugura via urbana projetada por especialista da Unesp. Rua da Música é produto da ampla colaboração da Universidade para reconstruir o município após enchentes em 2010. **Jornal da Unesp**, 27/08/2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/08/27/sao-luiz-do-paraitinga-inaugura-via-urbana-projetada-por-especialista-da-unesp/> (Acesso em 09.12.2021).

Jornal da Reconstrução, São Luiz do Paraitinga, edições n.1 (março 2010) a n.18 (março 2011). Disponíveis em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_0_15052019182514.zip (Acesso em 20/01/2024).

MARIMON, A. A enchente que entrou sem pedir licença e transformou São Luiz do Paraitinga. **Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais.** UNICAMP, s.d. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/a-enchente-que-entrou-sem-pedir-licenca-e-transformou-sao-luiz-do-paraitinga/> (Acesso em 09/12/2021).

Método de pesquisa-ação participativa permitiu estudantes incubarem planos para redução do risco de desastres, 13/01/2022. **Portal gov.br.** Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/metodo-de-pesquisa-acao-participativa-permitiu-estudantes-incubarem-planos-para-reducao-do-risco-de-desastres> (Acesso em 23/01/2024).

MORADEI, N. dos S. **A grande enchente de São Luiz do Paraitinga (2010-2016)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2016.

MOURA, F. V. de. **São Luiz do Paraitinga: Preservação do centro histórico e intervenção na Praça Dr. Oswaldo Cruz**. Dissertação de Mestrado (MP/CECRE). Salvador: FAU-UFBA, 2011.

NOBRE, C. D. **Memórias do renascer de uma cidade: São Luiz do Paraitinga após o verão de 2010**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), 2017.

SAIA, L; TRINDADE, J. B. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Governo do Estado de São Paulo, 1977.

SAIA, L. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga [1974]. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n.10, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i10p129-140>

SANTOS, C. M. P. **A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

SANTOS, D. M. dos; SILVA, A. L. da. A invenção do patrimônio: memória e identidade no tombamento de São Luiz do Paraitinga como patrimônio nacional. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 52, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.1.06>

SANTOS, D. M. **História Gióia: Olhares que contam a História da Escola Monsenhor Ignácio Gióia em São Luiz do Paraitinga**. São José dos Campos: JAC Editora, 2012.

SANTOS, J. R. C. C. **A cultura como protagonista da reconstrução de São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: FFLCH, 2015.

São Luiz do Paraitinga. **Lei n. 1.466, de 31 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga e dá outras providências. Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/Leis/2011/1466.pdf> (Acesso em 10/12/2021).

São Luiz do Paraitinga. **Lei n. 1.137, de 27 de agosto de 2004**. Que incluiu matéria acerca do estudo de História e Cultura Popular do Município de São Luiz do Paraitinga no currículo escolar dos alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série). Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/Leis/2004/1137.pdf> (Acesso em 19/01/2024).

São Luiz do Paraitinga. **Processo de Seleção Pública de Estagiários Jovem Talento**, edital n. 01/2021. Disponível em: <https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/publicacoes/edital-de-notificacao/processo-de-selecao-publica-de-estagiarios-jovem-talento--edital-n-012021-204877> (Acesso em 23/01/2024).

SÃO PAULO (Estado); CONDEPHAAT. **Processo n. 22066/1982**. Área envoltória de São Luiz do Paraitinga, 1982a.

SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT. **Estudo de Preservação e Tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga**. São Paulo, 1982b.

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. **Resolução n. 55 de 13/05/1982**, 1982c.

SÃO PAULO (Estado), UPPH/CONDEPHAAT. **Relatório de Situação São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: UPPH-CONDEPHAAT, 2010a.

SÃO PAULO (Estado), CONDEPHAAT. **Resolução SC-3 de 23/02/2010**, 2010b.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 11.197, de 5 de julho de 2002 / Lei nº 17.469, de 13 de dezembro de 2021**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17469-13.12.2021.html> (Acesso em 23/01/2024).

TIEKO, T. Universidade lança museu virtual de São Luiz do Paraitinga: iniciativa busca preservar patrimônio cultural do município. **Portal da UNESP**, 05/08/2011. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/7360/universidade-lanca-museu-virtual-de-sao-luiz-do-paraitinga/> (Acesso em 10/12/2021).

ZAGATO, J. A. C. **Um órgão, nove cidades: proteção, planejamento e gestão em conjuntos urbanos tombados pelo Condephaat**. Monografia de Especialização em Economia Urbana e Gestão Pública. São Paulo: PUC-SP, 2012.